



DIÁLOGOS DE SABERES NO TERCEIRO MUNDO: ECOLOGIA POLÍTICA E A PLURALIDADE CONTRA-HEGEMÔNICA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4201

Jean Filipe Favaro, UTFPR
Hieda Maria Pagliosa Corona, UTFPR

Resumo

O presente ensaio teórico tem por objetivo apresentar a ecologia política como uma das alternativas existentes para valorizar os saberes e práticas das populações do Terceiro Mundo no meio acadêmico, sem submetê-los ao reducionismo corrente no paradigma científico moderno. Após a segunda metade do século XX, ideais modernos de desenvolvimento e de modernização, engendrados sob uma matriz eurocêntrica e colonial, foram implantados sobre o mundo, aniquilando as pluralidades de caminhos que conduzem ao conhecimento da natureza e do universo, além das concepções concernentes à natureza e cultura serem reduzidas enquanto circunscritas ao modelo da fábrica industrial. Assim, emerge a necessidade de pesquisas de viés antropológico para a valorização destes conhecimentos sob o prisma das populações que preservam tais conhecimentos, colocando-os numa posição simétrica junto a sociedade. A ecologia política possibilita reincorporar uma dimensão respaldada no lugar, em discussões concernentes à globalização, e até mesmo articular defesas para o lugar, auxiliando na concepção de práticas econômicas fundamentadas localmente, na procura de definir ordens alternativas sem desvincular-se do global.

Palavras Chave:

Terceiro Mundo;
Ecologia política;
Alternatividades;
Resistência; Contra-
hegemonia.

Introdução

O rigor científico hegemônico reduz a complexidade dos fenômenos em medições quantificáveis com resultados aproximados e probabilísticos, dissociando o conhecimento científico do senso comum (SOUSA SANTOS, 1997). A tradição moderna subsidia a falsa ideia de inoperância e inviabilidade de conhecimentos “não-científicos”, para justificação automática de tudo o que considera “moderno” (TOLEDO; BARREIRA, 2006).

A prática dos ideais “civilizatórios” do ocidente para o globo, falhou na tentativa de concretizar as “promessas” dos benefícios sociais da modernização, que, por intermédio da difusão de mecanismos institucionais, científicos e tecnológicos, transformaram profundamente as estruturas sociais, econômicas e culturais do Terceiro Mundo, agindo como núcleo organizador das sociedades, excluindo conhecimentos, práticas e concepções de mundo, caracterizando-os como “arcaicos” e “primitivos”, irrelevantes para a dinâmica global contemporânea. Destarte, a crítica pós-estruturalista solidificou discussões retratadas pela (re)valorização das culturas vernaculares e conhecimentos populares, aspirando a emancipação do Terceiro Mundo da dominação ocidental/capitalista/moderna, para estabelecer um mundo mais humano, onde impera a pluralidade cultural e ecológica (ESCOBAR, 2005b).

Deste modo, emerge a necessidade de que em pesquisas de viés antropológico que analisem populações arraigadas em uma lógica não-ocidental, conceitos em torno da natureza e cultura devem ser interpretados a partir das concepções dos múltiplos grupos socioculturais que integram o Terceiro Mundo (STRATHERN, 1980).

Nesta perspectiva, a ecologia política será apresentada como uma das vias de ênfase antropológica que

possibilita interpretar relações de poder relativo à intervenção humana no ambiente, entrelaçando a natureza material e a cultura simbólica (LEFF, 2013). Ela carrega a defesa das identidades culturais, do lugar e da região, em constante dinâmica com a natureza, com o intuito de esquivar-se da homogeneização cultural, aspirando um planeta composto de vilas, cidades e populações diversas (BORRERO, 2002; ESCOBAR, 2005; LEFF, 2013).

Por meio da conjuntura anunciada, o presente ensaio teórico tem por objetivo apresentar a ecologia política como uma das alternativas existentes para valorizar os saberes e práticas das populações do Terceiro Mundo no meio acadêmico, sem submetê-los ao reducionismo corrente no paradigma científico moderno.

A crise de conhecimento

Após a metade do séc. XX, com a intensificação da relação entre o capital e a técnica, fomentou-se um mercado globalizante, que com sua tamanha difusão respaldada pelo conhecimento científico, a natureza e as variadas sociedades foram coagidas a sujeitarem-se ao mercado capitalista (SANTOS, 2009). Sociedades modernizadas integraram-se ao mercado mundial, apostando no êxito da ciência e do progresso técnico (CALLON, 2004). A emergência da técnica e da mecanização, em suas motivações de usos com grande disseminação e representatividade desde o séc. XIX se mostraram estranhas às racionalidades locais (SANTOS, 2009). Assim, a relação simbiótica com a natureza de sociedades locais, cedeu lugar às relações de competição, dominação e à condição de irrelevante, pois, o conjunto de regras que constituem o mercado gera obrigações impostas a todos, e sociedades que não se submeterem a elas são ferozmente rejeitadas (SHIVA, 2003; CALLON, 2004).

A configuração de como os

sistemas de conhecimentos modernos foram gerados, estruturados e ratificados, e o meio pelo qual transforma a natureza e a sociedade, reproduzem desigualdades e relações de dominação. Seus vínculos com os projetos de desenvolvimento econômico integraram-se como parcela de um processo de legitimação sedimentado para homogeneizar o mundo e desintegrar sua riqueza ecológica e cultural (SHIVA, 2003).

A industrialização da ciência ocasiona no compromisso desta com os centros de poderes econômicos, sociais e políticos, que passam a ter um papel decisivo para definir prioridades científicas (SOUSA SANTOS, 1997). Comunidades científicas quando aplicadas às atividades econômicas, concretizam em sua aceção mais elevada um princípio reduzido ao mecanismo do mercado (POLANYI, 1958 apud STENGERS, 2002, p.15).

Desta forma, o capital se empoderou da inteligência e criatividade da espécie humana, monopolizando o controle de suas subjetividades e autoridades (QUIJANO, 2007). As pluralidades de caminhos que conduzem ao conhecimento da natureza e do universo são descartadas, e concepções concernentes à natureza e cultura foram reduzidas enquanto circunscritas ao modelo da fábrica industrial (SHIVA, 2003).

A ambição pelo poder e lucro daqueles que controlam esta estrutura apresenta-se cada vez mais ilimitada e perversa, onde todos os recursos são objetivados dentro de uma lógica individualista, altamente nociva à diversidade ecológica em nível planetário (QUIJANO, 2007). Esta forma de tirania e privilégios hierárquicos, que pertencem ao impulso de crescimento econômico também é inerente ao saber globalizante onde o paradigma moderno esta arraigado, no qual sua racionalidade e legitimação são sustentadas, denotando um caráter exclusivista e antidemocrático (SHIVA,

2003). Callon (2004) relata que 80% dos recursos mundiais consagrados à pesquisa científica e suas publicações estão sob domínio dos EUA, União Europeia e Japão, por onde tais informações são divulgadas e transmitidas.

O processo de expansão capitalista projetou no planeta é conhecido hodiernamente como crise ambiental, caracterizada pelo limite do crescimento econômico e populacional, limites dos desequilíbrios ecológicos e de suas competências para sustentar a vida, limite da pobreza e da desigualdade social. Não obstante, tal crise trata-se de uma crise de conhecimento, pelo fato da racionalidade científica e instrumental originar a modernidade com diretrizes coisificadas e retalhadas, como forma de soberania sobre o mundo (LEFF, 2010).

Diante da crise ecológica e de conhecimento, o fim da natureza torna-se sinônimo do fim das certezas científicas relativas à natureza. Se as ciências não colocaram um fim às incertezas, a incerteza emergiu como um elemento inelutável das crises ecológicas. A vantagem de renegar as certezas auferidas pelo pensamento científico é possibilitar o indiscutível pelo discutível, abrindo margem para considerar a existência de diferentes realidades, tais como aquelas que resistem no Terceiro Mundo (LATOURETTE, 2004). Tal crise conduz ao questionamento do enredo epistemológico unificador e simplificador, e da homogeneização que despreza as diferenças, diversidades e outridades (LEFF, 2010).

Alternatividades emergentes

Uma oposição às características fundamentais no discurso da globalização se dá reafirmando o valor do lugar e sua cultura, junto ao não-capitalismo, aspirando teorias que viabilizem explorar oportunidades para reconfigurar a concepção de mundo partindo de práticas existentes no lugar (ESCOBAR, 2005).

A relação Norte/Sul retrata atributos da hegemonia ocidental, cuja característica consubstancial respalda-se na recusa de conceber o outro como igual, demarcando uma subordinação imperial do Sul pelo Norte. Para que seja possível um aprendizado com o Sul, o desmantelamento dos conceitos que o circundam como resultado da relação colonial capitalista é imprescindível, partindo de uma orientação epistemológica, política e cultural que viabilize a busca por aspectos ainda resistentes a tal dominação. Neste contexto, o Sul emerge como protagonista de uma globalização contra-hegemônica (SOUSA SANTOS, 2004).

Os mundos não-ocidentais devem ser compreendidos em todas às suas complexidades e diversidades (SOUSA SANTOS, 2004). Povos colonizados são múltiplos, cada qual com sua identidade, história, memórias, linguagens, descobertas, produtos culturais, e foram reunidos sob a face de uma única identidade. Astecas, maias, chimus, aymaracas, incas, chibchas, guaranis, kaigangs, dentre outros, em trezentos anos foram categorizados sob a única identidade de indígenas. Assim também ocorreu com povos africanos escravizados, onde ashantis, iorubas, bugios, bacongós, jejês, dentre outros, foram reunidos sob a identidade de negros. Esta nova identidade é colonial, racial e negativa (QUIJANO, 2007).

A estrutura de poder moderna também foi constituída por diferentes formas de colonialismo, a emancipação das populações não-ocidentais implica em diferentes formas de descolonização, e diferentes emancipações, definidos por critérios políticos e éticos de cada população, em suas múltiplas narrativas (SOUSA SANTOS, 2004).

A modernidade ocidental foi concebida de maneiras tão múltiplas quanto os projetos alternativos que ela confronta (SOUSA SANTOS, 2004). Diversas heterogeneidades com suas

dimensões peculiares foram articuladas à esta forma de poder totalizante, que aspira padronizar as subjetividades e relações por meio das instituições que configuram seu sistema – a indústria capitalista, a família burguesa, o Estado-Nação, e a racionalidade eurocêntrica –, que mantém relações de interdependência umas com as outras. Porém, os domínios internos deste sistema são sustentados por uma heterogeneidade estrutural, a suposta homogeneidade é uma imagem eurocêntrica distorcida e parcial que omite a multiplicidade. Deste modo, a emancipação do regime totalitário não pode de forma alguma ser uma transformação uniforme, unidirecional, sequencial ou total. Este regime não pode desintegrar por completo de forma homogênea e ser substituído por outro equivalente (QUIJANO, 2007).

A América Latina que foi um espaço original e momento inicial de formação do capitalismo colonial/moderno, hoje é o centro de resistência mundial de produção de alternativas contra o padrão de poder hegemônico. É necessário que suas populações produzam suas próprias formas de existência social, livres da dominação, discriminação racista/eticista, produzindo novas formas de comunidade como principal forma de autoridade política, que conduzam à liberdade e autonomia para cada indivíduo, dentro de uma expressão da diversidade social e solidariedade. As emancipações das populações do Sul, legitimam os recursos de sobrevivência das comunidades que valorizam a vida no planeta em sustentabilidade, como é possível averiguar no modo de vida entre etnias indígenas, e comunidades camponesas, por exemplo (QUIJANO, 2007).

Escobar (2005) assume que para ser possível a revalorização de culturas vernaculares, juntamente com o diálogo entre o conhecimento acadêmico com o conhecimento do senso comum para

construir um mundo cultural e ecologicamente sustentável, é necessária uma desconstrução dos ideais de desenvolvimento propostos pelo modelo socioeconômico dominante. Desconstruir e reconstruir a lógica unitária da ciência objetiva, da expansão do conhecimento e seu controle sobre o mundo, é imanente ao pensamento complexo, que possibilita uma hibridação e diálogo dos saberes, rompendo inclusive, a dicotomia entre sujeito e objeto (LEFF, 2010).

A ecologia política por se interessar tanto pelas ciências quanto pela política, sem possuir autoridade própria, garante que não utilizará nenhuma delas para subjugar alguma forma de conhecimento, pois não as coloca em sentido de oposição, torna-se deste modo, uma via coerente para compreender feições da racionalidade contra-hegemônica presente em populações residentes no Sul (LATOURET, 2004).

A ecologia política como um dos caminhos para a pluralidade

A ecologia política é uma disciplina nova, um novo campo de pesquisas teóricas e pesquisas empíricas em concomitância com a ação política. Emergiu pioneiramente em uma perspectiva neo-marxista, transformando-se posteriormente para conformar uma epistemologia ecológica relacionada à incursão da crise ambiental (LEFF, 2013).

Há registros da expressão “ecologia política” em 1957 por Bertrand de Jouvenel, porém, foi em 1972 que este termo foi inserido no meio acadêmico pelo antropólogo Eric Wolf (MARTINEZ-ALIER, 2007). Este campo é oriundo de um fecundo diálogo transdisciplinar entre ciências naturais e sociais, composto por disciplinais tais como a biologia, antropologia, geografia, história e ciência política. Esta transdisciplinaridade realça as diferentes disciplinas sem erradicá-las, pois, a abordagem da ecologia política permite que dentro de seu campo cada matriz

disciplinar aplique seus conceitos e técnicas, aspirando esclarecer as múltiplas feições das relações ecológicas frente às realidades que às compõem (LITTLE, 2006).

É também entendido como um movimento que reivindica uma ação social transformadora, respaldando-se na análise teórica, militância e luta política, alinhado com as grandes lutas históricas da Esquerda. Este movimento sustenta-se na crítica, análise e compreensão teórica da ordem das coisas existentes, em específico, a relação humanidade/natureza. A ecologia política rejeita a excelência das forças produtivas, pois esta subordina relações sociais e cosmovisões que às conformam. A relação humanidade/natureza é concebida em termos de respeito por humanos e não-humanos (LIPIETZ, 2003).

A ecologia política configura-se harmonizada com movimentos ambientais contestatórios, que alegam a defesa de minorias raciais, e denunciam o contexto de injustiça social e ambiental tanto em países desenvolvidos, quanto no Terceiro Mundo. Propostas de justiça ambiental, resistência como estratégia de luta e elaboração de alternativas ao desenvolvimento, integram-se nesta abordagem (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009).

Emergindo como uma ideologia para desconstruir a ideologia capitalista e seus interesses no que diz respeito às práticas de apropriação da natureza e seus discursos para mitigar uma crise socioambiental que ela mesma engendrou, cujos ameaçados e atingidos por esta, são principalmente os habitantes do Terceiro Mundo (ENZENSBERGER, 1974; O’CONNOR, 2003).

As teorias da ecologia política são zonas de esperança para reincorporar uma dimensão respaldada no lugar, em discussões concernentes à globalização, e até mesmo articular defesas para o lugar. Reintroduzidas desta maneira, a ecologia política pode auxiliar na concepção de

práticas econômicas fundamentadas localmente, na procura de definir ordens alternativas sem desvincular-se do global (ESCOBAR, 2005).

No Sul, a ecologia política manifesta-se por intermédio de uma diferença substancial em condições ecológicas e culturais de seus povos, desenvolvendo estratégias emancipatórias para descolonização do conhecimento, reinvenção de territórios e reapropriação do ambiente natural (PORTO-GONÇALVES, LEFF, 2012 apud LEFF, 2013).

Ela implica em conviver com a diversidade e solidariedade entre seres humanos com culturas distintas e direitos coletivos. A diversidade cultural é o subsídio para desagregar a lógica unitária junto ao mercado global, reorientando o ser por intermédio da pluralidade de vias etno-eco-culturais para emergir sociedades sustentáveis (LEFF, 2013).

A etnografia dentro da ecologia política é essencial para analisar formas peculiares culturalmente de adaptação ecológica de diferentes grupos sociais. O investigador em ecologia política ao estudar determinada população, deve mapear os principais elementos biofísicos, apontando elementos relativos à geologia, fauna e flora, fluxos hídricos, bem como as principais atividades humanas do local (LITTLE, 2006).

Investigações etnográficas imergidas no contexto do Terceiro Mundo exploraram diferentes e diversas práticas de pensar, irmanar, experimentar e codificar dimensões biológicas e naturais (ESCOBAR, 2005). Tais pesquisas apontam modelos locais que baseiam suas práticas em harmonia com a natureza, apresentam-se resistentes à hegemonia global, pois são concebidos em um conjunto de práticas de usos-significados não-capitalistas, cuja maioria é ecologicamente e culturalmente sustentável (GUDEMAN; RIVEIRA, 1990, apud ESCOBAR, 2005).

Nesta conjuntura, investigações etnográficas por intermédio da ecologia política além de cooperarem para a compreensão holística das realidades que circundam o ambiente biofísico, trazem visibilidade aos atores socioambientais que são marginalizados por discursos hegemônicos, e suas relações de poder ignoradas, elaborando propostas de novas formas de ação e controle público junto a estes atores, incluindo seus direitos culturais e sociais omitidos dentro da hegemonia ocidental (LITTLE, 2006).

Por exemplo, pesquisas etnográficas engendradas junto aos movimentos sociais de populações de florestas tropicais, como, ativistas negros colombianos na região do Pacífico, concebem o direito de existir como uma questão cultural, política e ecológica. Suas estratégias políticas de racionalidade ecológica alternativa se dão por meio da força com que defendem seus discursos e práticas fundamentadas nas diferenças culturais, ecológicas e econômicas. Por intermédio de suas dinâmicas ecoculturais, conseguem colocar em diálogo com o Estado, algo que raramente é possível, deste modo, tais grupos mantêm relações tensas com o Governo, porém, frutíferas de diversas formas, no qual introduziram inovações conceituais sobre biodiversidade e dividiram seus territórios de acordo com seus princípios étnicos. A ecologia política concebida por estes movimentos sociais, trás consigo uma defesa de identidade, do lugar e da região. Ela se manifesta na construção coletiva das identidades (ESCOBAR, 2005).

Na prática da ecologia política, deve-se eliminar fronteiras epistemológicas e institucionais que integram a Ciência, levando a ecologia política em se reconhecer exatamente na ignorância na qual se encontra, realçando a importância dos atores sociais. Dentro de uma abordagem antropológica, se abstendo da objetividade moderna, pode-se averiguar que culturas diversas não-ocidentais jamais se interessaram pela

natureza, por não à utilizarem como categoria. Nesta perspectiva, a realidade é interpretada pela coexistência entre humanos e não-humanos, sem dissociação dentro de um universo coletivo (LATOURET, 2004).

Considerações finais

O poderio técnico-científico do capitalismo que destrói a diversidade, é legitimado pelo paradigma moderno que o subsidia. A destruição da diversidade cultural e ecológica, engendrou uma crise que é ambiental e de conhecimento concomitantemente, pois diversidade biológica e diversidade cultural são dimensões que se inter-relacionam de modo estreito. Este paradigma, fundamentado na separação substancial e ontológica do ser humano/sujeito com a natureza/objeto e todas as demais relações entrelaçadas, além de incapaz de compreender grupos existentes no Sul – que possuem lógicas que retratam uma pluralidade de conhecimentos, práticas e crenças que atuam sobre as esferas sociais, biológicas e naturais –. Também lhes estipulou os títulos de inferiores, arcaicos, selvagens, bárbaros e primitivos.

Contudo, estas lógicas que resistem, compõem aspectos de uma conjuntura contra-hegemônica global. Na América Latina que é o centro de resistência mundial de produção de alternativas contra o padrão de poder hegemônico, estas resistências se apresentam em diversos grupos que possuem variados saberes e usos dos elementos da natureza, estes são: camponeses, indígenas, trabalhadores rurais sem-terra, quilombolas, adeptos de religiões de matriz africana – candomblés, santeria, vodu haitiano –, benzedeiros, dentre outros que conservam ricos saberes e epistemologias articulados e hibridizados com a forma de vida imposta pelo colonialismo/modernidade. Para suas compreensões e para que seja possível um aprendizado com as mesmas, desintegrar conceitos que permeiam a hegemonia

global que os invisibilizam, é imprescindível (QUIJANO, 2007; DUSSEL, 2008).

Devido a multiplicidade cultural e ontológica, os projetos de emancipação devem ser necessariamente plurais. Nesta conjuntura, a ecologia política emerge como uma das possibilidades de aproximar estes grupos da emancipação, pois seu corpo teórico-metodológico permite compreender a cosmovisão das comunidades subalternas, bem como registrar suas práticas e usos-significados da natureza, sem reduzi-las ou dissociá-las ontologicamente.

A valorização dos saberes alternativos é uma forma de desintegrar os saberes hegemônicos empregados para soberania do capitalismo e sua exploração sobre os seres humanos e a natureza. A ecologia política toma uma função pertinente para elucidar os saberes contra-hegemônicos perante a sociedade civil, perante a produção regulamentada de conhecimentos, em conjunto com movimentos sociais e representantes dos grupos para articular seus atores sociais junto ao Estado. Através destes fatores repletos de embates nas arenas públicas, reivindicando legitimidade e multiplicidade, é possível fazer emergir um planeta repleto sustentabilidade e respeito pelos saberes que auxiliam a mantê-la.

Referências

- CALLON, Michel. Some Elements of a Sociology of translation: domestication of the scallops and the fishermen of st brieuc bay. In: LAW, J. **Power, action and belief: a new sociology of knowledge**. London: Routledge & Kegan Paul, 1986. p. 196-233.
- ENZENSBERGER, H. M. A critique of political ecology. **New Left Review**, v. 84, p. 3-31, 1974.
- ESCOBAR, Arturo. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Org.). **Políticas de economía, ambiente y sociedad em tiempos de globalización**. Caracas: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, 2005.
- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a

natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** LANDER, E. (Org.). Argentina: CLACSO, 2005.

GIBSON, Catherine; GRAHAM, Julie. **The end of capitalism.** Oxford: Basil Blackwell, 1996.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva; CIDADE, Lúcia Cony Faria; VARGAS, Glória Maria. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, v. 24, n. 1, p. 47-87, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica.** Tradução de Carlos Irineu da Costa. 1.ed. São Paulo: Editora 34, 1994.

_____. **Políticas da natureza: como fazer ciência na democracia.** Tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza. 1.ed. Bauru: EDUSC, 2004.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável.** Blumenau: FURB, 2000.

_____. Ecologia política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 35, 2013.

_____. **Epistemologia ambiental.** 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIPIETZ, Alain. A ecologia política e o futuro do marxismo. **Ambiente e sociedade**, v. 5, n. 2, 2002.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, n. 25, p. 85-103, 2006.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Tradução de Fanny Wrobel. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1980.

PORTO-GONÇALVES, C. W.; LEFF, E. **Political ecology in Latin America: the social re-appropriation of nature, the reinvention of territories and the construction of an environmental rationality.** EOLSS, 2012.

RAYNAUT, C.; Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In: PHILIPPI Jr., A.; NETO, A. J. S. (Org.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação.** Barueri: Manole, 2011. p. 143-208.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4 ed. São Paulo: Editora USP, 2009.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Do pós-moderno ao pós-colonial: além de um e de outro. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra, setembro de 2004.

_____. **A globalização e as ciências sociais.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ecologia de Saberes.** In: _____. 3.ed. A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Um Discurso sobre as Ciências.** 9.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1997.

TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais Ethnoecology: A Post-Normal Science Studying the Traditional Knowledge and Wisdom. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 20, p. 31-45, jul./dez. 2006.